



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

**INSTITUTO MENINO MIGUEL**

**DEPARTAMENTO DE LETRAS**

**RAÍSSA LAYS DA SILVA RODRIGUES**

**A IMPORTÂNCIA DA DESCENTRALIZAÇÃO NO ÂMBITO DA  
GESTÃO SOCIAL**

**RECIFE - PE**

**2023**

**RAÍSSA LAYS DA SILVA RODRIGUES**

**A IMPORTÂNCIA DA DESCENTRALIZAÇÃO NO ÂMBITO DA  
GESTÃO SOCIAL**

Monografia apresentada ao Instituto Menino Miguel, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Políticas Sociais.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr.<sup>o</sup> Maurício Sardá de Faria.

**RECIFE**

**2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- R696i Rodrigues, Raissa Lays da Silva Rodrigues  
A importância da descentralização no âmbito da Gestão Social / Raissa Lays da Silva Rodrigues  
Rodrigues. - 2023.  
42 f.
- Orientador: Drº Mauricio Sarda de Faria.  
Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,  
Especialização em Gestão de Políticas Sociais, Recife, 2023.
1. Gestão Social. 2. Trabalho . 3. Descentralização . 4. Políticas sociais . I. Faria, Dr Mauricio Sarda de,  
orient. II. Título

CDD 320.6

---

Monografia apresentada como requisito necessário para obtenção do título de Especialista em Gestão de Políticas Sociais. Qualquer citação atenderá às normas da ética científica.

Raíssa Lays da Silva Rodrigues

Monografia apresentada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

---

Orientador Prof.º Dr.º Maurício Sardá de Faria

---

1ª Examinadora Prof.ª Dr.ª Raquel Uchoa Fernandes

---

2ª Examinadora Prof.ª MSC Priscilla Karla da Silva Marinho

## AGRADECIMENTOS

*E com um pouco de melancolia  
O príncipezinho acrescentou:  
- O mundo não auxilia  
O sozinho caminhador  
Cada um segue o seu caminho  
E amarga a sua dor.*

*Quando se anda sozinho  
Mesmo seguindo em frente  
Não se chega muito longe...  
Fica igual a uma semente  
Que pertinho da pedra rompe  
Mas nunca uma brisa sente.*

*(O Pequeno Príncipe em Cordel – Josué Limeira, 2015.)*

Esses versos interpretam a minha vivência cotidiana. Pois se cheguei tão longe é porque não estava sozinha. Nessa longa caminhada, contei com várias pessoas que me mostraram o caminho, que me incentivaram e que me abraçaram quando os momentos de dificuldades queriam me sucumbir. Por isso, em palavras vai os meus sinceros agradecimentos:

Primeiramente, ao meu Deus e Pai que me permitiu vivenciar intensamente cada momento dessa especialização. A vocês meus pais, que com muita dedicação cuidou da me mostrando o melhor caminho a seguir, me proporcionaram a melhor educação e lutaram para que estivesse concluindo mais essa etapa da minha vida. Sei bem o quanto vocês se doaram para a realização desse sonho. A minha amada família entendeu a minha ausência, acompanhou a minha dedicação e torceram por mim. Não poderia deixar de agradecer, aos nossos professores acadêmicos, em especial a professora Valéria e ao meu orientador Maurício Sardá, que com maestria me mostraram como enfrentar as dificuldades apresentadas neste TCC. Enfim, agradeço aqueles, os quais chamo de amigos que simplesmente se achegaram e fizeram desse momento o melhor possível e que não me permitiram desistir. Sem dúvidas vocês amigos fizeram e fazem grande diferença em minha vida. E tenham a certeza que esse TCC também é de todos vocês!

*É preciso entender  
O que cada um pode dar  
A autoridade está para a razão  
Como o barco está para o mar  
Se não há respeito mútuo  
Um deles vai se acabar...*

*- Julgarás a ti mesmo  
E sábio te tornarás  
No baralho da justiça  
Tu sempre serás o ás  
É muito difícil julgar a si  
Do que os outros mortais.*

*(O Pequeno Príncipe em Cordel – Josué Limeira, 2015)*

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo expor uma linha cronológica de aprendizado, qual aqui denominamos de memorial, que irá apontar um resgate de experiências vivenciadas por mim desde o meu ensino técnico até o presente curso de pós-graduação, trazendo à tona as maiores e melhores interpretações discutidas dentro da sala de aula e fora dela, com o modelo totalmente inovador que foram as aulas assíncronas. Após essa jornada nostálgica e viva, entraremos em uma problemática bastante apontada pelos grandes teóricos do mundo de trabalho que abordam sobre a precarização do trabalho fazendo um elo com o tema que trata da importância da descentralização e desburocratização no âmbito da gestão pública social que resulta na mitigação do acesso aos direitos dos usuários dentro da política da assistência social. Em conclusão, apresentaremos uma proposta interventiva desenvolvida ainda em curso com a finalidade de colocar em prática o tema abordado neste trabalho de conclusão.

**PALAVRAS – CHAVES:** Gestão; Descentralização; Políticas Sociais; Precarização; Trabalho.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>07</b>
<b>2. MEMORIAL – A JORNADA</b>	<b>09</b>
<b>3. A PRECARIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO</b>	<b>14</b>
3.1. A PRIORI DO TRABALHO E SUAS PRINCIPAIS RAMIFICAÇÕES DE PRODUÇÃO	14
3.2. A DESCENTRALIZAÇÃO NA PROPOSTA DE GESTÃO PÚBLICA SOCIAL	20
<b>4. PLANO DE INTERVENÇÃO</b>	<b>24</b>
4.1. RESUMO	24
4.2. CONTEXTUALIZAÇÃO	25
4.3. JUSTIFICATIVA	28
4.4. OBJETIVOS	30
4.5. ATIVIDADES E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
4.6. PÚBLICO ALVO	32
4.7. META E RESULTADOS ESPERADOS	33
4.8. AVALIAÇÃO E CONTROLE	34
4.9. RECURSOS E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	35
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>36</b>
<b>6. REFERÊNCIAS</b>	<b>38</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho demanda apresentar e compreender os pensamentos e funções da descentralização a partir de uma reflexão sobre as propostas de gestão pública no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Para isso, iremos precisar situar essa concepção no espaço de produção e reprodução da vida social, ou seja, a gestão pública como resultado e expressão das transformações econômicas e políticas.

Desde a consolidação da Constituição Federativa Brasileira, em 1988, lidar com os extremos da injustiça social e das contradições trazidas pelo sistema capitalista tornou-se uma rotina constante para os profissionais desta área, que precisam estar preparados para intervir e intermediar situações emergenciais e críticas que exigem da gestão pública social um aprofundamento e conhecimento continuado das contradições presentes nas relações sociais, e principalmente por se configurarem como trabalhador inserido nessa sociabilidade.

Quando analisamos o sistema no qual a gestão pública social está inserida percebemos que existe uma grande precarização no âmbito do trabalho, qual defino como o aparecimento de novas formas de trabalho a partir de um processo de mudanças estruturais no capitalismo, que procura garantir competitividade às empresas e trabalhadores por meio da flexibilização das relações de trabalho, isso independente da ocupação em que o trabalhador está exercendo, causando muitas vezes o acúmulo de funções, resultando na má distribuição das atividades, a qual ocasiona a burocratização no desenvolver das atividades dos projetos, programas e serviços cotidianos.

Marx (2011) estabelece que o Estado nasce das relações de produção, tendo em vista que a estrutura econômica determina a criação de uma superestrutura jurídica e política, na qual se encontra o Estado. Sendo assim, o trabalho ganha centralidade nesse processo de (re)produção da sociedade, pois é considerado uma determinação ontológica do ser social, na qual os homens desenvolvem mediações que estão no centro da reprodução social, dentre eles o Estado, a política, o direito, a ideologia e a ciência.

No entanto, a gestão pública social, por ser uma atividade realizada por diferentes sujeitos, com interesses públicos vinculados ao projeto societário em disputa, há divergência quanto às concepções teóricas, aos objetivos e às formas de elaborar, implementar e avaliar políticas públicas, qual reforça a precarização do trabalho ofertada, insegurança e desproteção dos trabalhadores, entre eles assistentes sociais, revertendo em um aumento da contratação de trabalhadores por projetos temporários, desregulamentação do trabalho formal, rebaixamentos salariais, perda de direitos trabalhistas, que geram nas palavras de Iamamoto (2014, p.633, grifos da autora), a “*insegurança da vida dos profissionais*” em virtude das dificuldades de emprego ou trabalho de longo prazo e a perda de direitos, implicando diretamente sua sobrevivência material e social.

Partindo do ponto de vista das políticas públicas sociais, podemos apontar a gestão social como uma mera gestão de pobreza. De acordo com Iasi (2012), o Toyotismo produziu não só impacto no padrão de acumulação, como também na própria constituição de classe trabalhadora e na própria correlação de forças políticas, contribuindo dessa maneira para alterar a forma de gestão pública e de funcionamento do Estado.

Portanto, dependendo das correlações de força de trabalho estabelecidas num dado contexto sócio-histórico, a gestão pública pode não atender significativamente os interesses da classe trabalhadora, a qual denominamos nos atendimentos no âmbito da assistência social de “usuários”.

Por fim, é a partir deste entendimento que o presente trabalho de conclusão de curso tem como pretensão compreender as principais concepções que desenvolvem a gestão pública social dentro da política de assistência social, como também pretende aplicar de forma interventiva o plano aqui apresentado.

## 2. MEMORIAL – A JORNADA

Gostaria de iniciar esse capítulo com uma pergunta que trago comigo desde a minha adolescência até os dias atuais: **“Quem somos quando ninguém está nos vendo?”**

Talvez essa pergunta não faça sentido ao lermos rapidamente. Porém, ela nos inquieta quando paramos para respondê-la, e ainda arrisco dizer que a resposta que damos a essa pergunta é o que nos traz até aqui na nossa atuação dentro das políticas sociais.

Quando me prestei para responder esta pergunta, o ano era 2010, tinha apenas 15 anos, estava ingressando em um dos maiores projetos educacionais de Pernambuco, melhor dizendo, da história brasileira, as ditas escolas de referência chamadas de “EREM”, período integral com ensino técnico, na cidade de Rio Formoso, interior de Pernambuco. Lembro-me que para muitos era apenas mais uma escola como qualquer outra, mas para a minha mãe era o início de uma grande jornada, ver sua filha com apenas 15 anos já se profissionalizando para o mercado de trabalho.

Durante todo o ensino técnico de Turismo e Hospedagem, me envolvi em vários projetos e atividades como grêmio estudantil, representante de sala, jornal informativo, estágio na área de hospedagem e tantos outros. Porém, foi um deles que foi o ponto marcante para que me auxiliasse na descoberta do curso de graduação. O Jovens Mobilizadores foi iniciativa da Childhood Brasil (ONG), com parceria do Coletivo Mulher Vida e as escolas estaduais de alguns municípios. Os grupos eram compostos por 10 jovens de cada município do litoral sul. Foi nesse projeto que tive o primeiro contato com a problemática dos direitos humanos e políticas públicas. Nele trabalhamos temas como: o combate ao trabalho infantil, exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas, álcool e outras drogas, crime cibernético e entre outros.

Entretanto, no ano de conclusão do ensino técnico (2012), no auge da escolha por uma graduação, me deparei com um paradigma de parte dos docentes no qual os alunos desenvolvidos deveriam seguir profissões “renomadas”, isto visto pelo padrão da sociedade burguesa meritocrática. Sendo assim, prestei vestibular para dois cursos, sendo a 1ª opção para Engenharia Civil na Universidade de Pernambuco – UPE e a 2ª opção para Ciências Sociais na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Para a minha surpresa passei na 1ª opção através do sistema de cotas, qual foi tema trabalhado nesta pós-graduação na aula do professor Humberto Miranda na disciplina Participação, Controle e Gestão Social, com uma abordagem minuciosa prestada por ele e com participação dos discentes.

Nesta disciplina pudemos discutir a importância do sistema de cotas para diversas famílias brasileiras com o objetivo de diminuir a desigualdade e o racismo estrutural que, muitas vezes, não dão oportunidades de acesso à educação superior e ao mundo do trabalho. Ainda no ano de 2012, na votação pelo processo de cotas, o ministro do STF, Joaquim Barbosa afirmou:

“Ações afirmativas se definem como políticas públicas voltadas a concretização do princípio constitucional da igualdade material a neutralização dos efeitos perversos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem. [...] Essas medidas visam a combater não somente manifestações flagrantes de discriminação, mas a discriminação de fato, que é a absolutamente enraizada na sociedade e, de tão enraizada, as pessoas não a percebem.”

Portanto, é notório que o objetivo principal do sistema de cotas é de reparar a desigualdade racial, econômica e educacional na população. Trata-se de uma ação afirmativa que visa assegurar o acesso a maiores oportunidades aos grupos mais desfavorecidos, principalmente nas universidades e concursos públicos. Sendo assim, foi dessa forma que entendi o quanto o sistema de cotas tinha efeito na vida dos menos favorecidos, o acesso à educação ainda restrito para famílias como a minha, mostrou através da minha experiência que, com um pouco mais de luta e acesso ao direito constitucional consolidado, podemos conquistar o que queremos ser.

Após essa conquista, desistir de cursar engenharia civil, para muitos parecia que eu estava voltando à “estaca zero” no processo de escolha para cursar uma graduação.

Em uma entrevista com Pedro Bial, ele diz: *“Nossas escolhas não podem ser apenas intuitivas, elas têm que refletir o que a gente é. Lógico que se deve reavaliar decisões e trocar de caminho: ninguém é o mesmo para sempre.”*

Então foi nesse processo de escolha e reavaliação que decidi, mais uma vez, tentar o vestibular, dessa vez de forma mais assertiva, decidindo cursar Serviço Social na UFPE. Foi mais um ano de estudos, dedicação integral para realizar mais um vestibular, mas tinha a certeza de que tudo iria valer a pena. Lembra da pergunta inicial? Pois bem, foi ela que me fez enxergar que o processo de escolha para uma universidade pública tem a ver com quem sou quando ninguém está me vendo.

A chegada na universidade foi marcada por diversos momentos, entre eles as greves, como exemplo: contra a PEC nº 55/2016, que aprova o teto dos gastos públicos... Mas por outro lado foi marcada também pela importância de deixar um legado para aqueles que necessitam se reconhecer como cidadãos de direito. E na aula inaugural dessa pós-graduação, o professor Paulo Jannuzzi trouxe com excelência essa ideia de legado e desafios no Brasil quanto a garantia de Políticas Sociais, afirmando que:

“Toda ação que o Governo exerce, constitui política pública. Quando o Governo deixa de exercer as políticas públicas as demandas coletivas passam a ser problemas devido à má funcionalidade da sua execução.”

E acrescentou:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988)

Portanto, alimentação, saúde e educação são demandas a serem atendidas e não problemas a serem solucionados. Logo, pensar em legado e ser de direito é pensar em políticas públicas para promover o atendimento de demandas sociais, sendo como a porta de entrada para garantia e acesso de direito e não de ajuda.

Por vivenciar tantas descobertas no Serviço Social, pude me encontrar, entender que no processo histórico social qualquer iniciativa ética é válida

quando o objetivo é conquistar algo decisivo. E pude ampliar este pensamento na pós-graduação, através da fala do facilitador Rogério Medeiros na disciplina de Desigualdades, Políticas Sociais e Cidadania, quando ele afirma que:

A reflexão sobre a relação entre políticas sociais e capitalismo se justifica pela própria natureza histórica (um fato histórico) dessa relação. As desigualdades devem ser vistas como expressões do funcionamento normal da sociedade capitalista, e não como um resíduo ou algo que deriva do mau funcionamento das instituições. E as políticas sociais devem ser pensadas, antes de tudo, como instrumentos, intervenções do Estado, para efetivar direitos e garantir proteções contra as injustiças sociais criadas pela própria lógica que rege as sociedades capitalistas.

Diante disso, o mundo acadêmico me forneceu um olhar coeso e acessível no que trata do ciclo de políticas públicas como um todo, trazendo elementos contributivos do nosso cotidiano para uma prática mais assertiva. Em aula, sobre Estado e Políticas Públicas, disciplina ministrada pela professora Gabriela Bezerra, vislumbramos que políticas públicas vai além de um mero conceito, mas percebemos uma complexidade em sua definição, trazendo em questão o que JANNUZI definirá como empreendimento governamental no sentido de atender às demandas societárias.

E quando falamos em atender às demandas societárias estamos falando de Direitos Humanos e Políticas Sociais. Tratar dessa temática na pós-graduação com o professor Hugo Ferreira, trouxe um olhar diferente sobre o ponto de vista histórico, a sociedade em meio a sua construção social nos traz para um ponto de reflexão bastante aguçado sobre a sua importância nos diversos meios culturais. No entanto, cada sociedade se dispõe a pensar sobre direitos humanos de acordo com o seu meio social, político, cultural e econômico, pois é preciso identificar o sujeito da história, quais têm o direito à participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento coletivo. Vale ressaltar que, assim como esse sujeito tem o direito a contribuir para esse desenvolvimento também tem o direito de desfrutar do mesmo.

Partindo desse ponto de vista, percebemos que o desenvolvimento da Política Estadual de Assistência Social ainda tem muito a alcançar. Os desafios são inúmeros, porém todos são alcançáveis quando tratados com cordialidade e determinação, buscando atender as demandas existentes que surgem através das novas questões sociais.

Outro ponto, marcante e excepcional no curso de pós-graduação foi o relato da experiência do pesquisador Joaquim Melo da Rede Brasileira dos Bancos Comunitários, com a criação da moeda social. O professor Maurício Sardá nos inquietou com esses relatos indo além do que a política de assistência social nos propõe como respostas, que é a concessão dos benefícios sociais. Saber como funciona a moeda social, sua aceitação em diversos territórios nacionais, nos abre um leque de possibilidades de desenvolver alternativas para a inserção produtiva e gerenciamento de renda de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

Em suma, pudemos compreender o que o Curso desejava proporcionar, trazendo à tona as diversas vertentes sobre o princípio das políticas públicas e sociais em meio ao Estado capitalista, tendo como ênfase o gerenciamento do bem estar social em nosso país, qual por sua vez, enxerga o Estado como instituição que tem o dever de organizar a economia e prover aos cidadãos o acesso a serviços básicos propostos no tripé da seguridade social na Constituição Federal de 1988. Sem mais, encerro dizendo que responder a pergunta inicial foi decisivo para que a cada amanhecer fosse diferente e energizante para chegar onde estou, portanto, seja quem você quiser ser.

### **3. A PRECARIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO.**

#### **3.1. A PRIORI DO TRABALHO E SUAS PRINCIPAIS RAMIFICAÇÕES DE PRODUÇÃO.**

Neste segundo capítulo, iremos trazer alguns pontos, com base no pensamento de Karl Marx para compreender acerca do tema "trabalho". Marx é considerado um dos principais e mais importantes teóricos em relação a esta temática, ao analisar os problemas e as questões relacionadas às relações do trabalho na sociabilidade do capital.

Como conceito, o trabalho é definido como a atividade humana em que os indivíduos têm como objetivo, por meio de sua força de trabalho, produzir uma forma de manutenção de sua subsistência. Assim sendo, para Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza... Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo, modifica sua própria natureza (MARX, 2001, p. 211).

Portanto, na perspectiva marxista, o trabalho enquanto categoria fundante é dialeticamente imprescindível à constituição do ser humano como ser social. É pelo trabalho que os seres humanos suprem suas necessidades e realizam a mudança ontológica em sua natureza, transformando-se em seres sociais.

Por outro lado, na perspectiva capitalista, o trabalhador exerce sua função no intuito de receber uma contrapartida para dar conta de suas necessidades básicas e de sua família. Assim, em troca da sua força de trabalho, lhe é pago o que denominamos de "salário", surgindo a categoria do trabalhador assalariado.

Anteriormente, Marx já denominava esta prática como a "coisificação" da força de trabalho, ou seja, a transformação do trabalho em um objeto (coisa) que passa a ter valor monetário agregado.

Gradativamente, o significado do trabalho vem se transformando ao longo da história da humanidade, variando de acordo com o nível cultural de cada sociedade. Tal compreensão do mundo, segundo Albornoz (1986), utiliza em nossa língua a palavra trabalho, que se origina do latim *tripalium*, que era um instrumento feito de três paus afiados podendo conter as pontas de ferro, o qual era utilizado por agricultores em suas atividades laborais e também como instrumento de castigo, de tortura.

Entretanto, aprofundando a busca pela etimologia da palavra “trabalho”, especificamente em dicionários didáticos, veremos somente registros indicando apenas como sendo objeto de tortura. Albornoz (1986, p.10) entende que, “A *tripalium* se liga o verbo do latim vulgar *tripaliare*, que significa justamente torturar.” Diante desse significado de origem, compreendemos que o trabalho foi e continua sendo visto como algo que demanda esforço, padecimento.

Olhando pelo lado do senso comum e teórico, o trabalho é considerado o marco inicial da humanização da humanidade, pois através do trabalho que o homem se constitui como ser social, embora o ser social não se resume ao trabalho. Quanto mais o ser social se desenvolve, mais suas objeções ultrapassam o espaço relacionado diretamente ao trabalho, que é uma das objetivações fundantes do ser social.

De acordo com ANTUNES (2005, pág. 136),

O fato de buscar a produção e reprodução da sua vida societal por meio do trabalho e luta por sua existência, o ser social cria e renova as próprias condições da sua reprodução. O trabalho é, portanto, resultado de um *pôr teleológico* que (previamente) o ser social tem ideado em sua consciência, fenômeno este que não está essencialmente presente no ser biológico dos animais.

O ser humano começou a desenvolver o trabalho a partir da necessidade de atendimento de sua reprodução biológica, ou seja, foi a partir do momento em que o homem percebeu que precisava fazer algo para que conseguisse viver e desenvolver-se com uma melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, garantir sua subsistência.

O significado do trabalho transita entre o negativo e o positivo, podendo ser considerado, ora como algo bom que enaltece a honra do homem lhe

proporcionando melhor qualidade de vida, ora como algo que o escraviza e o torna subalterno, de maneira a ser considerado como mais uma mercadoria dentre as demais existentes no modo de produção capitalista. Antunes pontua que:

Essa dimensão dúplice e mesmo contraditória presente no mundo do trabalho que cria, mas também subordina, humaniza e degrada, libera e escraviza, emancipa e aliena, manteve o trabalho humano como questão nodal em nossa vida. E, neste conturbado limiar do século XXI, um desafio crucial é dar sentido ao trabalho, tornado também a vida fora dele dotada de sentido. (2005, p.12).

Ainda, segundo ANTUNES (2009), sucede que *na produção e na reprodução da sua vida societal por meio do trabalho e no lutar por sua existência, o ser social cria e renova as próprias condições da sua reprodução*. Ou seja, o trabalho é, desse modo, decorrente de uma prática teleológica que o ser social desenvolve (antecipadamente) em seu subconsciente, diferenciando – se, assim, dos demais animais.

No início do século XX o setor industrial passava por mais um dos muitos processos de transformação. O uso do petróleo e da energia elétrica, além do surgimento das indústrias siderúrgicas e química foram importantes para o período que seria conhecido como a Segunda Revolução Industrial. Outro fato fundamental naquele período foi a expansão do capitalismo financeiro que integrava o setor industrial ao lucro dos grandes bancos.

Juntamente com tais processos, houve um acirramento na disputa por lucros dentre as empresas. A partir daí, várias novas formas de produção visavam aumentar o lucro do capital, ampliando a produção e reduzindo preços. Estes mecanismos criados com estes objetivos ficaram conhecidos como modelos produtivos, dos quais se destacam o fordismo que nada mais é do que o aprimoramento da prática do sistema taylorista e da facilidade das máquinas. O taylorismo é um sistema que consiste na divisão do trabalho e na especialização do operário em uma só tarefa. Mais recentemente, surge o toyotismo, modelo no qual a produção estava em sintonia com a entrada de matéria prima e com o mercado consumidor. Quando a procura era alta, eram

produzidos mais produtos, quando diminuía, a produção caía. Assim, tornava-se desnecessário manter o espaço com estoques.

Desse modo, ao longo do século XX, a produção de mercadorias se baseava nos modelos taylorista e fordista. Esses consistiam na produção em massa de forma homogênea e vertical. O modelo de produção taylorista foi criado por Frederick Taylor, e se caracterizava pela forma que o capital encontrou para controlar as ações dos trabalhadores e, assim, aumentar a produção.

De acordo com Antunes (2009), o taylorismo se caracterizava como:

[...] Base de o trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor de veículos. Paralelamente à perda de destreza do labor operário anterior, esse processo de desantropomorfização do trabalho e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho.

Em contrapartida, o modelo fordista de Henry Ford se tornou um "aprimoramento" do modelo criado por Taylor. Através da inserção da esteira rolante nas fábricas (linha de produção), houve a agilização do processo e a intensificação do trabalho vivo na busca de maximizar o tempo e aumentar o lucro, através da extração da mais-valia.

Contudo, em meados das décadas de 1960 e 1970, esses modelos começaram a dar indícios de declínio. Houve a crise estrutural do sistema reprodutivo. De acordo com Antunes (2005), houve a diminuição na taxa de lucro, resultante da elevação do preço da mão de obra. Como também, houve o aumento do desemprego estrutural, que se refletiu na diminuição do consumo, algo que não foi solucionado pelo modelo vigente. Por fim, diante da crise fiscal do Estado Capitalista, o Estado de Bem-Estar Social também passou a enfrentar efeitos da crise.

Criado no Pós-Segunda Guerra Mundial pelo japonês Taiichi Ohno, o toyotismo surgiu na perspectiva de tentar enfrentar a crise estrutural do capital. Nesse novo modelo, a produção era extremamente controlada e funcionava de acordo com a oferta e a procura. Ou seja, quando a procura era alta, eram

produzidas mais mercadorias; quando diminuía, a produção caía. Essa nova organização foi pensada para eliminar o acúmulo de mercadorias nos estoques e, conseqüentemente, reduzir os prejuízos.

Na organização toyotista, o trabalhador assumia várias funções e precisava conhecer o processo produtivo e as inovações tecnológicas. Com a inserção cada vez maior da tecnologia no processo produtivo, o trabalho morto passou a ganhar mais espaço em detrimento do trabalho vivo, provocando o aumento do desemprego, a precarização e a perda dos direitos conquistados pela classe trabalhadora anteriormente, por meio de lutas sociais.

Juntamente com o toyotismo, o modelo de acumulação flexível incorporou novos ditames ao mundo do trabalho. Isto é o que podemos analisar no Livro *O caracol e sua concha*, de Antunes (2005): houve o aumento das terceirizações, a intensificação da exploração do trabalhador e o enfraquecimento das leis trabalhistas. Com a expansão do trabalho morto, o incremento tecnológico-informacional permitiu reduzir o contingente de funcionários e, mesmo assim, produzir cada vez mais mercadorias.

As novas condições trabalhistas levaram às perdas de direitos e de garantias ao trabalhador, trazendo ainda mais incertezas a quem depende da venda da sua força de trabalho. Antunes (2009) faz uma análise crítica sobre essa situação: o projeto neoliberal ocasionou grandes conseqüências no interior da classe trabalhadora, passando a ocorrer a ausência de regulamentação da força de trabalho, a extensão da flexibilização do mercado de trabalho, principalmente no que se refere aos seus direitos sociais.

Sendo assim, a base cumulativa que sustenta o modo de produção capitalista sofreu mudanças profundas com a acumulação flexível, pois tal forma consistia em manter e ampliar a acumulação, porém, de maneira cada vez mais diversificada. As experiências em países com representatividade no mundo do capital, tais como os Estados Unidos, a Inglaterra e a Alemanha, foram essenciais para a disseminação e o fortalecimento do ideário neoliberal. Essa nova perspectiva de conduzir a economia modificou a estrutura do trabalho. No Brasil, a cartilha do neoliberalismo não foi diferente, ampliando

reduções do número de trabalhadores no setor produtivo, sobretudo, no meio automotivo e no meio bancário.

Por outro lado, houve uma expansão do setor de serviços, de modo geral, além de uma direção que indicava que houvesse um novo entendimento no que se refere ao setor privado, pois trouxe a ideia de empresa enxuta, ou seja, as empresas deveriam acompanhar as mudanças tornando-se modernas. Tal modernização tinha como objetivo a redução da mão de obra no setor de produção, com a inserção de tecnologia na produção, além da transferência de empresas para países periféricos, onde os salários pagos são bem mais baixos e a organização sindical fraca ou inexistente. A forma como o trabalhador era reconhecido também sofreria transformações, haja vista que ele agora seria visto como um “colaborador da empresa”, e não mais como um empregado.

A reestruturação produtiva fundamenta-se na formulação de uma empresa moderna que restringe, coíbe e limita o trabalho vivo, ampliando o maquinário tecnocientífico, que Marx vai denominar como “trabalho morto”.

Entre as grandes transformações geradas pela hegemonia do sistema neoliberal na economia mundial, aparece aquela que exige do trabalhador ser capaz de exercer uma gama de habilidades. Isto é, que seja polivalente e capaz de atuar em diversos setores. Tais transformações no sentido da mercantilização de setores extremamente importantes, como a saúde, energia, telecomunicações, entre outros, também ocorrem como nas esferas pública e privada, pois tiveram sua lógica modificada por esse processo, onerando ainda mais a classe trabalhadora.

A capacidade de criar valor a partir de novas formas de trabalho, a ênfase no marketing, a maior preocupação com o design dos produtos, são características dessas novas formas de criar valor no mundo do trabalho. Por outro lado, há um crescente número de empregos informais, trabalhos sem nenhuma proteção ou regulação, fato que compromete o histórico de conquistas originadas nas lutas da classe trabalhadora. Por isso, é notória a real intenção das pressões do capital para flexibilizar as leis trabalhistas, tendo em vista que a inserção de maneira regulada de trabalhadores ou o seu desligamento do vínculo empregatício se daria de maneira alinhada aos parâmetros da flexibilização produtiva vigente nas empresas.

Em suma, as mudanças provocadas por essas novas formas de organização do trabalho intensificaram a extração de sobre trabalho, além do aumento significativo das terceirizações. Aos poucos, o projeto de desconstrução do trabalho vem sendo colocado em prática, com a flexibilização em diferentes âmbitos do trabalho, inclusive no Serviço Social. Isto significa que estão em curso a precarização do trabalho, o desmantelamento de conquistas sociais e a possibilidade do não reconhecimento dos direitos ligados ao trabalho e frutos de lutas históricas da classe trabalhadora.

### **3.2. A DESCENTRALIZAÇÃO NA PROPOSTA DE GESTÃO PÚBLICA SOCIAL**

A ideia de gestão pública participativa surgiu a partir dos anos 1970 em países de capitalismo dependente e periférico, como o Brasil. A crise estrutural do capital impôs dificuldades a esses diferentes países, marcados por regimes autoritários e centralizadores político-administrativamente. A implantação da gestão pública, primeiramente se deu no Reino Unido e nos Estados Unidos, um pouco mais tarde, em outros países, onde o neoliberalismo também triunfou.

A partir dos anos de 1990, com a chegada do neoliberalismo, o Brasil passou a enfrentar mudanças significativas sob a influência dessa doutrina, embora identifique sinais do gerencialismo na “reforma” administrativa promovida por meio do Decreto - Lei nº 200 de 1967, porém, somente a partir de 1995, a experiência dos demais países é utilizada como exemplo para realização da contrarreforma do Estado Brasileiro.

Desta forma, a inserção do pensamento neoliberal ganha força em meados do governo de Fernando Henrique Cardoso, com o propósito de estabelecer diversas reformas a favor do capital e da lógica do mercado. Os pensamentos reformistas eram apontados como medidas necessárias contra a crise econômica e social vivida à época.

Com a instituição do Plano Real, em meados do ano de 1994, a ofensiva neoliberal ganhou ainda mais espaço com o desmonte e reconfiguração do

Estado brasileiro à lógica do capital. Tais ações tiveram sentido definido por fatores estruturais e conjunturais. De acordo com Behring e Boschetti (2011),

Argumentava-se que o problema estaria localizado no Estado, e por isso seria necessário reformá-lo para novas requisições, corrigindo distorções e reduzindo custos, enquanto a política econômica corroía aceleradamente os meios de financiamento do Estado brasileiro através de uma inserção na ordem internacional que deixou o país à mercê dos especuladores no mercado financeiro, de forma que todo o esforço de redução de custos preconizado escoou pelo ralo do crescimento galopante das dívidas interna e externa.

Sendo assim, por meio da Medida Provisória nº 813, de 01/01/1995, criou-se Concepções e funções da descentralização na gestão pública democrática e no gerencialismo, assim como delineado pelo Ministério da Administração e da Reforma do Estado, que seguiu as proposições contidas no Plano Diretor da Reforma do Estado.

Ao mesmo tempo, a política pública de assistência social vai procurando criar sua rede de proteção a partir de um funcionamento descentralizado e participativo. Quando falamos do funcionamento de uma política pública estamos nos referindo a forma de compreender o mundo e de atuar nele, que tem a ver com a organização de um sistema. Por isso, ao fazer ligações entre as responsabilidades dos gestores, suas ações, os recursos destinados e formas de controle social estamos falando de um sistema. Vale ressaltar que, a descentralização da gestão pública não tem a ver com o ganho de mais poder, mas, sim, potencializar a construção de um planejamento estratégico fundamentado por um projeto de transformação. Portanto, todas essas prerrogativas têm ligações de dependência umas das outras, ou seja, elas são interdependentes.

Partindo desse ponto de vista, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a NOB-SUAS/2005 ofereceram as bases necessárias para a construção de uma gestão descentralizada. Sabemos que ainda há muitos outros caminhos a ser percorrido, mas ter a precisão da direção e dos objetivos que desejamos é fundamental, conforme está explicitado na NOB-SUAS:

*O SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a*

*gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira que:*

- *consolida o modo de gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos que, de modo articulado e complementar, operam a proteção social não contributiva de seguridade social no campo da assistência social.*
- *estabelece a divisão de responsabilidades entre os entes federativos (federal, estadual, Distrito Federal e municipal) para instalar, regular, manter e expandir as ações de assistência social como dever de Estado e direito do(a) cidadão(ã) no território nacional.*
- *fundamenta-se nos compromissos da PNAS/2004;*
- *orienta-se pela unidade de propósitos, principalmente quanto ao alcance de direitos pelos usuários;*
- *regula em todo o território nacional a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades do sistema cidadão de serviços, benefícios, programas, projetos e ações de assistência social, de caráter permanente e eventual, sob critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada de âmbito municipal, distrital, estadual e federal.*

Segundo, BENTO, Leonardo Valles:

A ideia de descentralização ganha um novo significado nesse contexto, desejável não em virtudes de uma maior eficiência, mas de uma maior participação que ela permite de seus interessados, contribuindo para ampliar os horizontes da democracia horizontal. São assinaladas, desde essa perspectiva, as virtudes políticas republicanas da descentralização. Trata-se, com efeito, de ressignificar a esfera pública que passa a ser vista como o espaço de aprendizagem social e organizacional, como um locus da discussão democrática (BENTO, 2003, p.92).

Portanto, a implementação da descentralização exige a compreensão, mas para que ela possa avançar em seus objetivos é indispensável a transformação do gerenciamento administrativo, do próprio Estado e, em particular, da administração pública. O seu sucesso deriva-se, assim, da democratização, como força política que nasce e opera-se no terreno da formação socioeconômica.

Por fim, a descentralização da gestão pública é adotada para transferir a responsabilidade de gestão a equipes situadas nos níveis hierárquicos, mas

não acompanhado das decisões político-administrativas; pois esta corresponde ao que vem sendo chamado de desconcentração.

## 4. PLANO DE INTERVENÇÃO

### RESUMO

Através de pesquisas bibliográficas e análises do campo de atuação na Secretaria Municipal de Assistência Social – Gestão, percebe-se a importância de se ter uma gestão pública descentralizada, como sendo a facilitadora para o acesso a política de assistência social e o elo chave para o processo de prevenção e garantia de direito da proteção social básica.

Corroborando a sua importância da Gestão para os trabalhadores do SUAS e usuários no que diz respeito à proteção social básica, o mal funcionamento deste departamento ocasiona diversos problemas em seus serviços, programas, projetos, benefícios oferecidos e até mesmo na estrutura organizacional de outros setores inseridos na assistência social, como o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Portanto, a proposta do presente projeto de intervenção é contribuir na formação de conhecimento da equipe de gerenciamento dos diversos setores sociais, com o intuito de abordar temáticas que irão facilitar o funcionamento dos serviços, programas, projetos e benefícios dentro da política pública de assistência social fazendo com que haja uma reestruturação técnica e organizacional nas demandas trazidas para o setor da Gestão do SUAS da SMAS.

**PALAVRAS – CHAVES:** Gestão; Descentralização; Equipe Técnica e Assistência Social.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com o Dicionário Aurélio a palavra **Gestão** significa: *Ato de gerir, ou resultado desse ato: gerência*. Tendo essa definição como ponto de partida, podemos compreender que a gestão é o ato de administrar, de governar ou de dirigir negócios públicos ou particulares.

Na Assistência Social temos como modelo de gestão o Sistema Único da Assistência Social – SUAS, utilizado no Brasil para operacionalizar as ações de assistência social. O SUAS é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e está previsto e regulamentado na Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS.

Tal modelo de gestão do SUAS tem como característica a descentralização e caráter participativo, fundamentado na cooperação entre as esferas de governo, cabendo competências comuns e específicas a cada esfera e garantindo o comando único das ações por parte do governo.

Segundo a Lei Orgânica de Assistência Social (1993), no Art. 6º - A relata que:

A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011).

Sendo assim, as proteções sociais, básica e especial, são ofertadas essencialmente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS),

respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social prevista no art. 3º da LOAS.

Portanto, fica evidenciado que as instalações dos CRAS e dos CREAS devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência.

No entanto, o CRAS de Rio Formoso não atendia aos critérios estabelecidos em lei, e mais: o mesmo passou por diversos processos de desestruturação entre eles o mal funcionamento que durou aproximadamente um pouco mais de 1 ano deixando de assistir e garantir os direitos dos usuários que se enquadram na proteção social básica.

Passado por esse período de mal funcionamento e sem ofertar os serviços, programas, projetos e benefícios, a atual gestão municipal há um pouco mais de 02 (dois) anos reestruturou o Centro de Referência de Assistência Social e com isso houve mudanças na composição da equipe técnica e de gerenciamento para executar a proteção social básica prevista na Lei Orgânica de Assistência Social. Tal interesse surgiu por entender que com o funcionamento regular do Centro pode-se diminuir o nível de pobreza e vulnerabilidade social no município que resulta também em benefícios para a gestão municipal.

Porém, a nossa problemática surge a partir do momento em que a equipe técnica e administrativa/gestão é formada e inserida no CRAS sem passar pelo processo de autoconhecimento sobre a importância da descentralização/responsabilidades da gestão e autonomia estabelecida para tratar as demandas no que diz respeito à proteção social básica, sem que torne burocráticas as respostas diante das necessidades das famílias usuárias do serviços, tendo que aguardar a aprovação hierarquizada.

Diante do exposto, gera-se uma necessidade de formação técnica e prática para ampliação dos conhecimentos sobre o mundo da assistência social

e das suas ramificações na sociedade civil para os servidores que compõe a Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS e seus respectivos setores sociais, assim como uma reestruturação na descentralização da gestão pública no que diz respeito às atividades executadas pelo setor técnico administrativo.

Em suma, tal projeto de intervenção propõe contribuir na elaboração e execução, reformulação da equipe de gerenciamento da SMAS.

## JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS é o órgão de gestão da política municipal de assistência social e tem por natureza jurídica um Fundo Municipal, o qual recebe um conjunto de recursos públicos voltados para atender direitos específicos da população, podendo ser recursos financeiros, materiais e humanos.

De acordo com o site Tribunal de Contas dos Municípios, cabe a Secretaria Municipal de Assistência Social:

definir uma Política Municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e, a partir daí, elaborar um diagnóstico socioeconômico do Município, a fim de que a população usuária seja atendida em suas reais demandas. Além disso, a Secretaria terá também, **como atribuições, a organização da rede de atendimento, a execução de programas e de projetos desenvolvidos pela prefeitura**, a coordenação e implementação de um sistema de supervisão, acompanhamento e avaliação das ações e da prestação de contas da rede pública e privada da assistência social no Município, bem como a definição da relação com as entidades prestadoras de serviços e dos instrumentos legais a serem utilizados.

Compete ainda à SMAS as ações político-administrativas com relação às esferas estadual e federal; o apoio às atividades relacionadas a ações comunitárias; atuar na orientação e recuperação social e integrar-se aos projetos sociais de outras políticas públicas, que visem o desenvolvimento e o atendimento à população usuária.

No entanto, nem sempre as secretarias municipais de assistência social conseguem cumprir com o que estabelecido, até porque a Gestão da SMAS é substituída no período de 4 em 4 anos ou 8 em 8 anos de acordo com a mudança também da Gestão administrativa do Município. E com este movimento de troca na gestão pode-se ocasionar algumas sequelas nos serviços, programas, projetos e benefícios que estão inseridos nessa estrutura.

Por este motivo, a Secretaria Municipal de Assistência Social de Rio Formoso enfrentou e enfrenta diversos problemas no seu organograma, entre eles, a desestruturação organizacional do quadro de funcionários, gerando

acúmulo de funções e centralidade das atividades desenvolvidas no âmbito do SUAS.

Essa desestruturação e centralidade persiste um pouco mais de 03 anos, com isso, os usuários ficaram desassistidos dos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados no CRAS. No entanto, a atual gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social de Rio Formoso tendo observado essa problemática e seus agravantes voltou-se inteiramente a pensar na forma de diminuir os danos causados ao longo do tempo.

Sendo assim, há 3 anos o CRAS foi reorganizado e segue em funcionamento. Porém a equipe técnica que atua dentro do Centro de Referência de Assistência Social é formada de acordo com a gestão municipal, isso implica a dizer que tal é equipe técnica, assim como a gestão pública social, necessitam passar por processo formativo com atualização de conhecimentos para que as demandas apresentadas referentes à proteção social básicas sejam descentralizadas do âmbito da gestão e passem a ser atendidas inteiramente por tal equipe.

Então, é a partir daí que surge o interesse pelo projeto de intervenção com o propósito de contribuir na formação e reorganização da gestão pública da SMAS e, por fim, também pretendemos com esse projeto de intervenção alcançar todas as metas e resultados aqui estabelecidos.

## **OBJETIVOS**

### **GERAL**

- Contribuir na formação teórica metodológica da equipe técnica e administrativa que estão inseridos na Política Municipal de Assistência Social de Rio Formoso.

### **ESPECÍFICOS:**

- Refletir com os profissionais que compõe a estrutura organizacional da assistência social sobre a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social com o objetivo de otimizar os atendimentos;
- Fortalecer a efetivação deste Centro de Referência de Assistência Social e conseqüentemente garantir os direitos dos usuários da Política de Assistência Social.

## **ATIVIDADES E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para que o resultado deste projeto de intervenção seja positivo será necessário realizarmos 3 reuniões, ou seja, serão três dias de exposição e diálogo sobre os conteúdos para a realização da formação técnica, tendo um intervalo de 1 semana entre a realização de cada reunião.

Visto que a intenção deste projeto é contribuir na reestruturação organizacional da gestão pública da assistência e, conseqüentemente, da técnica da equipe do CRAS e otimizar o seu funcionamento no que diz respeito à garantia dos direitos para os usuários da assistência social, no primeiro momento, teremos uma reunião com todos os profissionais inseridos na Política Municipal de Assistência Social para explanar e discutir sobre o histórico da Política de Assistência Social no Brasil e seus impactos na formação social.

No segundo dia de formação abordaremos para melhor compreensão sobre o âmbito da assistência social temáticas como: a Política Nacional de Assistência Social – PNAS; o Sistema Único de Assistência Social – SUAS; e a Lei reformulada 2011.

E por fim, o terceiro e último dia quando acontecerá a nossa reunião e traremos a teoria para a prática no sentido de reorganizar o organograma estrutural da gestão do SUAS municipal, e no ensejo discutiremos as necessidades de retomar alguns funções que fazem a diferença no cotidiano dos setores sociais, como: o assistente administrativo e a vigilância socioassistencial, reforçando portanto, a importância da descentralização dos atendimentos no âmbito da gestão.

As reuniões serão dirigidas pela assistente social e coordenadora do CRAS, através da secretária municipal de Assistência Social e por fim pela assistente social e diretora municipal de assistência social, respectivamente.

## **PÚBLICO ALVO**

O presente projeto de intervenção tem como propósito intervir de acordo com os objetivos elucidados previamente. Tal intervenção tem como sujeitos diretos os profissionais da Política Municipal de Assistência Social e indivíduos que se enquadram nos critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e que conseqüentemente fazem o uso da proteção social básica. Ainda na execução deste projeto teremos como sujeitos secundários as famílias e indivíduos que utilizam – se do serviço ofertado no âmbito do SUAS, visto que a descentralização das atividades na gestão pública irá otimizar o fluxo organizacional.

## **META**

Pretende-se com este projeto de intervenção contribuir para a formação teórica metodológica dos servidores técnicos da gestão social, tendo em vista que o aprimoramento na formação da equipe resultará em funcionamento mais efetivo no que diz respeito à garantia de direitos para os usuários da Política de Assistência Social.

Portanto, este projeto norteia-se tendo como finalidade, em sua efetivação de curto prazo, um impacto decorrente da formação realizada transmitida, fomentando a este público conhecimento diante deste tema. Para além disso, traçando ao longo prazo metas para uma melhoria, mesmo que mínima, durante o processo de reorganização da gestão. Levando em consideração uma autoanálise dos usuários, bem como, uma análise desta informação para a atuação da equipe multiprofissional.

## **RESULTADOS ESPERADOS**

Os resultados esperados conforme as propostas do projeto de intervenção giram em torno das respostas positivas aos procedimentos aplicados, que possibilitem ao público-alvo maior discernimento sobre a importância da descentralização das atividades e seu funcionamento nesse processo de reestruturação, melhorando assim o atendimento às famílias e indivíduos assistidos por esta política.

## AVALIAÇÃO E CONTROLE

A avaliação será realizada através de um instrumental, que será criado pela autora deste projeto, pelo qual, se obtiveram por meio deste, uma resposta de forma simplificada a respeito da visão dos profissionais em relação às ações desenvolvidas durante a execução do plano de intervenção.

## RECURSOS

<b>RECURSOS HUMANOS</b>	Todos profissionais que desempenharão as atividades de execução.
<b>RECURSOS FINANCEIROS</b>	Toda a ação será custeada através do Fundo Municipal de Assistência Social, caso venha a surgir gastos.
<b>RECURSOS MATERIAIS</b>	Papel; Impressora; Tinta de impressora; Caneta; Cartaz; Notebook; Projetor e Ampliador de som.

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

DATA	RESPONSÁVEL	TEMA	DURAÇÃO
10/08	Assistente Social e Coordenadora do CRAS	<p><b>Histórico da Política de Assistência Social no Brasil e seus impactos na formação social.</b></p> <p><b>Construção do Diagnóstico qualitativo junto aos trabalhadores da assistência social sobre as práticas de trabalho no âmbito do SUAS.</b></p>	3hr
17/08	Secretária M. de Assistência Social	<p><b>Política Nacional de Assistência Social – PNAS; o Sistema Único de Assistência Social – SUAS; e a Lei reformulada 2011.</b></p>	3hr
24/08	Diretora Municipal de Assistência Social	<p><b>Desvendando a Gestão Pública com ênfase na importância da descentralização das atividades desenvolvidas na política de assistência social.</b></p>	3hr

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho acadêmico foi de extrema relevância para um melhor entendimento acerca das condições impostas pelo sistema capitalista ao mundo do trabalho. Principalmente no que se refere a importância da descentralização da gestão pública social. Essa temática fora pautada e norteada pela teoria marxista. E também através da utilização de artigos, livros e com relatos da experiência do cotidiano profissional vivenciado por mim.

Diante dos ditames do capital, o cenário apresentado é de grandes desafios à Gestão Pública, especialmente no processo de realização e fortalecimento da política de Assistência Social. A difícil realidade é reflexo da redução de direitos e limites à classe trabalhadora, tornando as políticas sociais cada vez mais escassas e pontuais.

No decorrer das pesquisas, ficou nítido como a precarização tem repercutido diretamente nas condições de trabalho de profissionais submetidos a elevado acúmulo de funções. A exaustão e o esgotamento profissional se tornaram cada vez mais presentes no âmbito da assistência social. Tais situações são consequências principalmente das precárias condições de trabalho, com o desmonte das políticas sociais, característicos da ofensiva neoliberal em nosso país.

A perspectiva diante da temática da precarização e, conseqüentemente, da gestão pública social, fundamentou-se em informações sobre o debate e o questionamento das diversas problemáticas que cercam o mundo do trabalho, principalmente no que diz respeito à continuidade da política de assistência social. Como futura especialista em gestão social e políticas sociais, tive a preocupação de apresentar uma pesquisa relevante e reflexiva, a partir da visão crítica sobre os desafios instaurados, buscando também oferecer uma contribuição para novas pesquisas na área.

Portanto, finalizo esse Trabalho de Conclusão de Curso afirmando que, apesar das inúmeras dificuldades impostas, sabemos que a luta por gestão pública compromissada com os interesses sociais deve persistir.

Enfim, é importante ressaltar que o conhecimento é contínuo. As ideias e pensamentos se moldam e se transformam de forma que através da coletividade podemos ser capazes de lutar por melhorias e grandes mudanças não apenas no âmbito profissional, mas para todo ideário societário.

De tudo ficou a lição mais importante, a de que devemos coletivamente abraçar a causa dos direitos sociais, garantindo não o retrocesso, mas um avanço coletivo que reafirma a necessidade de irmos para além das pequenas e frágeis lutas cotidianas, sob o peso do adoecimento nosso e da população vitimada pela tragédia da natureza e do descaso pela vida em nossa sociabilidade desumana.

## REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1986.

ANTUNES, Ricardo Luís Coltro. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. Ed.1 São Paulo, Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Ed 2. São Paulo, Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Ed 2. São Paulo. Boitempo, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social: Fundamentos e história**. São Paulo, Cortez, 2011.

BENTO, L. V. **Governança e governabilidade na reforma do Estado: entre eficiência e democratização**. São Paulo: Manole, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. **Condições de trabalho e a luta dos (as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas**. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2011, n.107, pp.557-584. ISSN 0101-6628. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000300010>.

BRASIL, **Lei nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

BLAY, Eva Alterman. **Trabalho domesticado: A mulher na indústria paulista**. São Paulo, Ática, 1978.

**Constituição Brasileira de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

**Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988**. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

**Conselho Federal de Serviço Social**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>

**Conselho Regional de Serviço Social**. Disponível em: <http://www.cressj.org.br/site/servico-social/>

**Cotas: o que são e qual é a sua importância**. Disponível em: <https://mudes.org.br/estudante/cotas-o-que-sao-e-qual-e-a-sua-importancia/#:~:text=O%20objetivo%20%C3%A9%20propiciar%20mais,em%20vestibulares%20e%20concursos%20p%C3%ABlicos>

COSTA, G.M. **O complexo Serviço Social: Serviço Social, trabalho e direitos sociais.** in: Fundação Universidade Federal do ABC. Maceió, Estado de Alagoas. Assistência e Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/programas-projetos/protecao-social-basica-1/cras-paif>

**EDUFAL, 2001.** Disponível em: [http://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicare/boletimdeservico/boletim\\_servico\\_ufabc\\_507.pdf](http://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicare/boletimdeservico/boletim_servico_ufabc_507.pdf)> Acesso em: 06 junho, 2018.

\_\_\_\_\_. **A questão social no capitalismo.** In. Revista Temporalis. n. 03 Jan-Jun. 2001. Brasília. 2001.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social Em Tempo De Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social.** Ed. 6. São Paulo, Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. Sérgio. **Serviço Social, Trabalho e Reprodução.** Revista Crítica Marxista, 2006(b).

**G1, Veja frases marcantes do julgamento sobre cotas raciais no Supremo.** Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/04/veja-frases-marcantes-do-julgamento-sobre-cotas-raciais-no-supremo>.

Governo do Rio de Janeiro. **Desenvolvimento Social Gestão do Sistema Único da Assistência Social.** Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/SEASDH/exibeConteudo?article-id=1034579>

IASI, M. L. **O Estado depois do ajuste: políticas sociais na época da hipocrisia deliberada.** In: PASTORINI, A.; ALVES, A. M. e GALIZIA, S. Estado e cidadania: reflexões sobre as políticas públicas no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

LESSA, Sergio. TONET, Ivo. **Introdução À Filosofia de Marx.** Ed. 1. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

LINS, P. V. **Assistência Social, Neoliberalismo e os desafios ao Serviço Social.** Rio de Janeiro, 2009.

**Ministério do desenvolvimento social e combate à fome.** Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/LoasAnotada.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf)

MURTA, Mariana Mendes. **Vamos à luta.** In: CRESS, 6ª Região. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/conteudo/7c506e03-eee0-48d9-80d1-db09e5792e79/assistente-social-do-jequitinhonha-ganha-concurso-de-poesias-do-cress-mg>> Acesso em: 04 julho, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Ed. 25ª. Revista e atualizada, Petrópolis, Vozes, 2007.

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Implicações do SUAS, Gestão descentralizada.** Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/cartilhas/Implicacoes\\_SUAS\\_gestao\\_descentralizada.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/Implicacoes_SUAS_gestao_descentralizada.pdf)

NETTO, João Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no pós-64.** Ed. 16<sup>a</sup>. São Paulo, Cortez, 2011b.

\_\_\_\_\_. **Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil.** São Paulo, Revista Serviço Social e Sociedade. V.XVII, n° 52, 1996 a.p, 07-23.

OLIVEIRA, F. de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita.** Petrópolis, Vozes, 1998.

**Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.** In: CEFSS. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha\\_CFESS\\_Final\\_Grafica.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf)

PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. **A Precarização No Trabalho Do Assistente Social Na Política De Assistência Social.** Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/a-precarizacao-no-trabalho-do-assistente-social-na-politica-de-assistencia-social.pdf>

PEREIRA, J. D.; SILVA, S.; PATRIOTA, L.M. **Políticas Sociais neoliberal: focalização e desmonte dos direitos.** Revista Qualitas. Ed. Especial, 2006.

Prefeitura Belo Horizonte. **Novo Portal.** Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&app=conselhodeassistenciasocial&pg=6961&tax=18647>

**Presidência da República.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm)

**Serviço Social Brasil.** Disponível em: <http://amoservicosocial.blogspot.com.br/2013/03/pnas-politica-nacional-de-assistencia.html>

**Sistema de Informação e Gestão da Assistência Social em Pernambuco.** Disponível em: <http://portalsocial.sedsdh.pe.gov.br/sigas/mapa.php?cidade=Rio+Formoso>  
Social Rio Formoso. Disponível em: <http://socialrioformoso.blogspot.com.br/>

Senado federal. Proposta de Emenda à Constituição n° 55, de 2016. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>

SOUZA, Fabricia Dantas de. **O exercício profissional do assistente social na educação superior: a particularidade da dimensão educativa na**

**assistência social estudantil.** Disponível em:  
<http://www.cressmg.org.br/arquivos/simposio/reflex%c3%95es%20do%20trabalho%20profissional%20do%20assistente%20social.pdf>

**Tribunal de Contas dos Municípios.** Disponível em:  
<https://www.tcm.pa.gov.br/transparencia-adm/documentos/publicacoes/cartilha/entenda-o-fundo-municipal-de-assistencia-social-fmas18032016131059.pdf>

VICENTE, Damares. **Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação.** *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2015, n.123, pp.562-581. ISSN 0101-6628. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.037>